

## **PROJETO RESOLUÇÃO Nº 07, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015**

**Dispõe sobre a observância da ordem cronológica nos pagamentos a fornecedores da Câmara Municipal de Eldorado do Sul e dá outras providências.**

Cumprindo o que determina o Art. 164 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, venho apresenta projeto de resolução para apreciação deste plenário e posterior sanção e promulgação da seguinte :

### **RESOLUÇÃO**

#### **Capítulo I Disposições Preliminares**

**Art. 1º** - Fica estabelecida a observância dos pagamentos em ordem cronológica de que trata a Lei nº 8.666/93, art. 5º, caput e art. 3º e DL nº 201/67, inciso XII, no Poder Legislativo do Município de Eldorado do Sul.

**Art. 2º** - A observância dos pagamentos em ordem cronológica aos fornecedores de bens e serviços destina-se a:

- I – assegurar a legítima expectativa dos fornecedores que firmam relação jurídica contratual com a Administração;
- II – diminuir os riscos da contratação, aumentando, por consequência, a competitividade nas licitações;
- III – atender aos princípios constitucionais e a legislação aplicável a matéria; e
- IV – facilitar o relacionamento com os fornecedores ao agilizar os processos de despesas.

## **Capítulo II**

### **Das Listas Classificatórias de Pagamentos**

**Art. 3º** - O Poder Legislativo de Eldorado do Sul organizará listas classificatórias de pagamentos distintas em ordem cronológica de vencimentos e por fontes de recursos, quando for o caso:

I – para compras e serviços acima de R\$ 8.000,00(oito mil reais), conforme previsão de vencimento previsto nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes;

II – para compras e serviços até o valor estabelecido no inciso anterior o pagamento se dará em até cinco dias úteis da liquidação da despesa e entrega do documento fiscal, de acordo com a disponibilidade financeira.

**Parágrafo 1º** - As listas de vencimentos incluirão todos os débitos para com fornecedores de bens, produtos e serviços, independente do exercício de origem da dívida.

**Parágrafo 2º** - A inclusão de previsão de pagamento a fornecedor na lista em ordem cronológica se dará após o cumprimento dos requisitos exigidos em contrato, da apresentação do documento fiscal e da regular liquidação da despesa.

**Parágrafo 3º** - Em caso de haver mais de um vencimento e mesma fonte de recurso para uma mesma data, para efeitos de classificação na lista por ordem cronológica será considerado melhor classificado o pagamento a fornecedor de acordo com a ordem de apresentação do documento fiscal.

**Parágrafo 4º** - Não se aplicará o prazo previsto no inciso II, nos casos em que o vencimento de fatura ou boleto possibilitar um prazo mais longo, uma vez que estaremos otimizando as aplicações financeiras, exceto nos casos em que haja desconto para antecipação de pagamento.

**Art. 4º** - Nos documentos fiscais de serviços a data da emissão deverá acompanhar a periodicidade da prestação de serviços prevista no contrato.

**Art. 5º** - Em caso de a liquidação da despesa não ser efetivada ou ser cancelada devido a falhas na entrega do produto ou serviço, o débito será retirado da lista classificatória voltando a esta quando da regularização das falhas, ficando vedada a liquidação e pagamento parcial.

### **Capítulo III Do Contrato ou Equivalente**

**Art. 6º** - Os termos de contrato, bem como as substituições por instrumentos equivalentes como nota de empenho, pedidos de compra ou ordem de serviço deverão prever:

- I – a(s) data(s) do pagamento do valor total ou de cada parcela;
- II – a forma de pagamento, se boleto bancário ou depósito identificado, com todos os dados necessários para a efetivação do pagamento, quando fornecidos pela empresa de forma prévia;
- III – responsável pela fiscalização do contrato pelo Poder Público;
- IV – local de entrega do produto e respectivo documento fiscal em caso de materiais ou bens de natureza permanente; e
- V – local de entrega do documento fiscal em caso de prestação de serviços.

### **Capítulo IV Das Exceções**

#### **Seção I Situações Justificáveis**

**Art. 7º** - O pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade somente poderá ser realizado se comprovado prejuízo ao interesse público, em situações extraordinárias, tais como as arroladas a seguir:

- I – para evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais ou para restaurá-las;
- II – para dar cumprimento à ordem judicial ou do Tribunal de Contas do Estado que determine a suspensão de pagamentos;
- III – para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação, caso em que a apuração não ultrapassará o prazo máximo de quinze dias, prorrogáveis motivadamente;
- IV – nos casos em que decorram vantagens financeiras para o erário, como descontos ou abatimentos para pagamentos antecipados, conforme oferta isonômica aos fornecedores; e

**Parágrafo Único** - O pagamento de que trata este artigo será precedido de justificativa do Presidente da Câmara, de publicação na imprensa oficial e no portal da transparência do Poder Legislativo.

## **Seção II**

### **Situações Não Aplicáveis**

**Art. 7º** - Não se aplicam as disposições desta Resolução as que digam respeito a despesas:

- I – para suprimientos de fundos e diárias;
- II – de pagamentos de vencimentos ou parcelas indenizatórias de salários, ativos, inativos ou pensionistas;
- III – relativas a pagamento de obrigações tributárias;
- IV – necessárias para dar cumprimento a ordem judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas de entidades governamentais ou decisões do Tribunal de Contas;
- V – devoluções de repasses ao Poder Executivo ou Regime Próprio de Previdência;
- VI – que não sejam regidas pela Lei Federal nº 8.666/93.

## **Capítulo V**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 8º** - As listas de credores serão divulgadas em tempo real no Portal Transparência do Poder Legislativo, conforme modelo de relatório, em anexo, até a devida adequação do Sistema de Informática.

**Art. 9º** - O contratado poderá representar à Presidência da Câmara Municipal para impugnar a preterição de seu crédito na ordem cronológica de pagamentos.

**Art. 10º** - Constatada a ocorrência de favorecimento ou de preterição injustificada de credor no estabelecimento da ordem de classificação, o Poder Legislativo representará à Unidade Central de Controle Interno.

**Art. 11º** - Em caso de insuficiência de fundos, as datas de pagamento poderão ser postergadas mantendo-se a ordem cronológica dos pagamentos.

**Art. 12º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

Gabinete da Presidência, 28 de Setembro de 2015.

**Ver. João Carlos Ferreira**  
Presidente

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

A Resolução de nº 1.033/2015 do Tribunal de Contas do Estado do RS impõe aos jurisdicionados a observância da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados, independente do instrumento utilizado, seja contrato, nota de empenho, pedido de compra ou ordem de serviço.

O desrespeito a ordem cronológica constitui ato ilícito, ofensivo aos princípios da impessoalidade, da moralidade administrativa e da eficiência.

Desta forma, procuramos reger a matéria através deste Projeto de Resolução, criando um modelo de relatório, conforme anexo I, o qual disponibilizaremos no site do Poder Legislativo em tempo real até a devida adequação do Sistema de Informática.

Eldorado do Sul, 28 de Setembro de 2015.

**Ver. João Carlos Ferreira**  
Presidente